

Jornalista baiano é condenado por matérias investigativas¹

Debora Moreira REZENDE²

Leonor Graciela NATANSOHN³

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

RESUMO

Com o objetivo de discutir o caso do jornalista baiano Aguirre Peixoto, processado por empresários locais após uma série de matérias investigativas publicadas no periódico local jornal A Tarde, a reportagem defendida neste artigo foi capa da segunda edição do produto laboratorial Jornal da Facom. A matéria discute questões associadas à liberdade de imprensa e ao posicionamento de jornalistas frente às ações movidas por grandes. O processo de apuração e construção da reportagem, bem como seu contexto dentro da rotina de preparação de um jornal laboratorial, serão os objetos de estudo do presente *paper*.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo investigativo; liberdade de expressão; Aguirre Peixoto; condenação.

INTRODUÇÃO

Em 29 de novembro de 2010, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou que as obras do Parque Tecnovia do Governo do Estado da Bahia, à época em construção na Av. Luz Viana Filho, em Salvador, estavam acontecendo sem a licença ambiental adequada para um trecho de Mata Atlântica. De acordo com a denúncia, os envolvidos com a empreiteira Patrimonial Saraíba, parceira do Governo do Estado na edificação do parque, os empresários Carlos Suarez, Francisco Bastos, André Duarte Teixeira e Humberto Riella Sobrinho, teriam sido condenados pelo MPF graças às irregularidades na documentação.

Essa foi a pauta recebida pelo jornalista baiano Aguirre Peixoto, até então repórter do jornal A Tarde. Nos dias três e quatro de dezembro, respectivamente, ele assinou duas matérias que relatavam as irregularidades nas obras do Parque Tecnovia, bem como noticiavam que o MPF havia pedido a prisão dos empresários envolvidos na trama. O que parecia ser mais um dia de rotina produtiva para um jornalista, no entanto, acabou desencadeando uma ação criminal contra o mesmo.

¹ Trabalho submetido ao XXII Prêmio Expocom 2015, na Categoria Jornalismo, modalidade Jornal-laboratório impresso (avulso/ conjunto ou série).

² Aluna líder do grupo e estudante do 5º. Semestre do Curso Jornalismo, email: deboramrezende@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e professora da Faculdade de Comunicação da UFBA, email: graciela71@gmail.com.

As matérias escritas pelo jornalista afirmavam que os empresários envolvidos na polêmica tinham tido suas prisões anunciadas pelo Ministério Público Federal, e não que a condenação (o que poderia culminar em uma pena alternativa, não necessariamente em reclusão em regime fechado) dos mesmos havia sido solicitada pelo MPF. E, mesmo que tenha tentado entrar em contato com os empreiteiros a fim de dar o direito de resposta, no que não obteve sucesso, o erro de interpretação jurídica fez com que o jornalista fosse processado por calúnia moral não apenas uma vez, mas quatro – cada um dos empresários citados na matéria de Aguirre Peixoto entrou com uma ação contra ele, e não contra o Grupo A Tarde como um todo.

O caso gerou uma comoção na comunidade jornalística, tanto pelo processo em si quanto pelo fato de que, junto à polêmica, o baiano havia sido afastado do veículo em que trabalhava. Além disso, o episódio vivenciado por Aguirre representou uma clara afronta à liberdade de imprensa – de acordo com Ernesto Marques, vice-presidente da Associação Baiana de Imprensa (ABI), o caso pode ser interpretado como o maior atentado à liberdade de imprensa desde o fim da Ditadura Militar.

Depois de uma greve feita pelos jornalistas da redação do veículo baiano, Peixoto voltou às suas atividades normais, tendo sido, pouco depois, contratado pela Folha de S. Paulo. O que não significa que o problema tenha sido solucionado. O processo se arrastou durante anos, e a situação, já bastante delicada, ficou ainda pior em abril de 2014, quando foi anunciada a sentença do primeiro processo de Aguirre, movido pelo empresário Humberto Riella Sobrinho.

A sentença do caso, anunciada pelo juiz Antônio Silva Pereira, condenava o jornalista em primeira instância, e atribuía ele a pena de seis meses e seis dias de serviço comunitário, além do pagamento de dez salários mínimos, o equivalente a R\$ 7.240,00. O aparente desfecho do processo trouxe de volta toda a polêmica envolvida, mobilizando a comunidade jornalística contra o atentado à liberdade de imprensa, e apoiando a defesa do jornalista, comandada pelo advogado João Daniel Jacobina, a entrar com o recurso contra a sentença e com o pedido de afastamento do juiz, alegando que, uma vez já tendo decidido em favor

dos empresários, a chance de que Antônio Silva Pereira fosse favorável a Aguirre era quase inexistente.

Este foi o cenário que permeou a construção de uma nova pauta, dessa vez no laboratorial Jornal da Facom – produto da disciplina Oficina de Jornalismo Impresso, ministrada pela professora Graciela Natansohn aos alunos do terceiro semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Ufba.

OBJETIVO

De um modo geral, abordar o caso de Aguirre Peixoto dentro do ciclo de produção de um jornal laboratorial tem como objetivo não apenas colocar o tema em pauta e viabilizar a prática jornalística, exercitando o que é aprendido em sala de aula pelos alunos de Comunicação. Abordar um tópico como o que permeia a polêmica envolvendo o jornalista baiano faz com que assuntos como liberdade de imprensa e democratização da comunicação entrem em cena, criando um cenário de discussão bastante rico para o campo jornalístico.

Assim, o intuito da matéria não é apenas informar o público da situação vivenciada pelo jornalista. É também e principalmente alertar para a frequência cada vez maior de casos em que profissionais da imprensa são processados por empresas privadas, o que fomenta a inibição da prática jornalística, visto que a ação judicial entra em cena como uma ameaça às matérias de cunho investigativo.

Conforme citado pela própria reportagem em questão, veiculada no Jornal da Facom, ações legais movidas contra a classe profissional não são uma prática que passa despercebida pelos membros da profissão. Pelo contrário. À mesma época, por exemplo, os jornalistas Biaggio Talento, pai de Aguirre, e ReginaBochicchio, também do Grupo A Tarde, passavam por situações judiciais semelhantes. O que, mais uma vez, reitera a necessidade de colocar o assunto em discussão, analisando os impactos causados pela interferência dos interesses privados na rotina produtiva do jornalismo.

JUSTIFICATIVA: um atentado à liberdade de imprensa

Uma vez que o anúncio sobre a sentença de Aguirre Peixoto havia sido veiculado no mesmo período em que as reuniões de pauta para a segunda edição do laboratorial Jornal da Facom aconteciam, o caso ter se tornado um dos possíveis assuntos para sustentar uma matéria não é uma surpresa – principalmente levando em consideração que a reportagem em questão foi construída dentro da lógica de uma faculdade de Jornalismo, tornando o tema ainda mais sedutora, visto que é o olhar do jornalismo sobre a própria ciência.

As razões que tornam o caso do Aguirre noticiável são muitas. Traquina (2004) define que um valor-notícia é importante quando causa espanto e surpresa no público. Partindo dessa premissa, é possível compreender que a notícia de um jornalista sendo processado criminalmente – e não a empresa que assina sua carteira de trabalho – por conta do seu ofício causa espanto justamente pelas medidas drásticas que foram tomadas tanto pelos empresários quanto pelo juiz do caso.

Além do critério do espanto, a pauta sobre a condenação de Peixoto é justificada pelo quesito infração. Um caso que gera confronto com a lei tem no jornalismo um peso significativo enquanto fato que pode ser transformado em notícia. O drama de Aguirre se encaixa sob duas vertentes à luz desse tópico. Primeiro pelo fato de que a própria matéria do rapaz, publicada em 2010, já se referia a uma infração cometida pelos empresários. Depois, na pauta realizada para o Jornal da Facom, a questão se torna noticiável por representar um atentado à liberdade de imprensa, uma nova infração.

A reportagem também se sustenta pelo princípio de que os profissionais da informação, bem como os aprendizes, se guiam pelo que há de novo em determinado assunto (Traquina, 2004). Neste caso, a sentença da condenação em primeira instância havia sido divulgada no mesmo período da concepção da pauta, tornando-a, no jargão popular da profissão, uma “notícia quente”.

Mas mais do que o caso em si, a discussão se torna justa de veiculação quando reflete sobre os impactos de uma condenação como esta para o campo do jornalismo. A viva possibilidade de um processo criminal a cada matéria investigativa publicada faz com que o trabalho do jornalista seja coibido, havendo assim uma clara restrição da sua liberdade de

expressão enquanto imprensa. Há, portanto, nessa visão, uma influência negativa do interesse privado nas práticas jornalísticas, visto que são as vontades do segmento privado que acabam prevalecendo frente à produção da imprensa. Com profissionais ameaçados e amedrontados, quem mais perde é a população, que permanece alheia ao que realmente acontece por trás das relações comerciais.

Essa é a discussão central da matéria, que faz do caso de Aguirre um abre-alas para o debate acerca da liberdade de imprensa e das consequências de ameaças como as sofridas pelo jornalista na rotina produtiva de um veículo de comunicação – com profissionais ameaçados e insatisfeitos, é difícil manter o ideal da informação de qualidade para o público.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS: a primeira experiência de uma estudante de jornalismo com a apuração

A construção da reportagem sobre o caso de Aguirre Peixoto acontece em um cenário metalinguístico, uma vez que ela se relaciona profundamente com o processo de construção do próprio jornalismo. Nesse caso, tanto a pesquisa de pré-apuração quanto a investigação do caso se dão no âmbito da ciência da comunicação, abordando aspectos inerentes ao próprio campo – é um jornalista em formação lançando seu olhar sobre a polêmica envolvendo um profissional da área.

Assim, os métodos utilizados na construção da matéria se dividem em três momentos bem específicos: primeiro, o período de pré-apuração, composto por toda a pesquisa referente ao tema; depois, seguiu-se o momento da apuração propriamente dita, em que foram entrevistadas as fontes da pauta e as demais pessoas que contribuíram para o entendimento do assunto; e, em terceiro ponto, o processo de elaboração da matéria em si.

Uma vez definida a pauta – sugestão dada pelo monitor da disciplina, Edvan Lessa, à autora deste artigo –, foi necessário um período de pesquisa profunda acerca do caso envolvendo o jornalista Aguirre Peixoto, visto que, para iniciar o processo de apuração da matéria, era preciso compreender o que havia acontecido com o rapaz. Para tal, foi necessário procurar tanto as matérias escritas pelo jornalista baiano para o jornal A Tarde, quanto artigos e

notícias que comentavam o ocorrido e os documentos oficiais do processo e da sentença; Em seguida, ainda no processo de pré-apuração, foi preciso selecionar as fontes que pudessem falar sobre o assunto.

Uma vez definidos estes pontos, seguiu-se o período de apuração, em que foram entrevistados o pai de Aguirre, o também jornalista (e processado) Biaggio Talento; Sylvio Simões, um dos sócios do jornal A Tarde; a assessoria de imprensa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), por e-mail, tendo enviado o posicionamento oficial da instituição; Marjorie Moura, também jornalista de A Tarde e presidente do Sindicato dos Jornalistas do Profissionais do Estado da Bahia (Sinjorba); o advogado de Peixoto, João Daniel Jacobina; além do próprio Aguirre, que colaborou para o processo de apuração da matéria, ainda que não tenha dado entrevista ao Jornal da Facom (à época, o jornalista evitava falar sobre o caso, seguindo orientações da própria defesa). A reportagem procurou ainda os representantes legais do empresário Humberto Riella Sobrinho, mas não obteve resposta.

Além das fontes oficiais da matéria, foram procurados outros advogados que pudessem explicar os procedimentos legais de uma ação como a de Aguirre, visto que os trâmites são específicos da linguagem jurídica. Todas as conversas foram devidamente gravadas.

Concluído o processo de apuração, a matéria passou ao seu estágio final, o de elaboração do produto. Assim, transcritas as entrevistas e organizados os dados sobre o tema, foi preciso partir para o momento de criação do texto da reportagem, elencando os pontos principais do caso e os depoimentos que explicavam o ocorrido e as implicações do mesmo no ofício da comunidade jornalística.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO: o Jornal da Facom

O Jornal da Facom (JF), (que pode ser acessado em http://issuu.com/jornal_da_facom/docs/jornaldafacom_2014.v3) veículo laboratorial que sustentou a matéria sobre o caso de Aguirre, representa um elo entre a teoria e a prática dentro de uma faculdade de comunicação. Sem fins comerciais envolvidos, o veículo se torna livre para sugerir pautas dentro de diversas áreas, destinadas ao público universitário e

à sociedade como um todo. Metodologicamente organizado em um sistema de editorias, o JF trabalhou com assuntos como política, cultura e educação, estimulando que os alunos do terceiro semestre experimentassem a rotina produtiva de um veículo de comunicação impresso. Foi assim que a segunda edição do Jornal da Facom sustentou a supracitada matéria, alocada para a capa do periódico laboratorial – o mesmo semestre produziu, ao todo, três edições do jornal.

A matéria foi organizada em três páginas, trazendo uma introdução geral do caso, e, em seguida, destrinchando o problema enfrentado por Aguirre Peixoto. Além do texto propriamente dito, a diagramação da reportagem trazia a presença de *olhos*, destacando frases dos entrevistados. Ela foi ainda organizada em intertítulos, facilitando a leitura da mesma, dividindo-a em blocos temáticos. Assim, visto que era uma reportagem longa, houve uma preocupação para que o leitor não se perdesse frente à quantidade de informações.

Outro aspecto importante do produto foram as fotos realizadas pelo laboratório de fotografia da Facom, o LabFoto. A matéria apresenta uma foto do rosto do jornalista, enviada pelo mesmo, e um conjunto de imagens criadas em estúdio. De autoria de Lucas Seixas e pensadas em conjunto pela autora deste artigo e por Paulo Eduardo Assunção, também do LabFoto, a ideia era ilustrar o trabalho com fotos que impactassem, causando um desconforto frente à inibição da liberdade de imprensa. Assim, feitas em estúdio, as fotos usadas na matéria serviam ao propósito de fazer uma alusão à condenação, criando uma impressão extrema ao colocar o modelo algemado em frente a uma máquina de escrever.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a necessária discussão sobre a democratização da comunicação

Para o processo de formação de um estudante de jornalismo, a oportunidade de mergulhar em uma pauta como a que envolve a polêmica de Aguirre Peixoto representa um amadurecimento frente à rotina profissional, visto que são necessários seriedade, compromisso, ética e reponsabilidade para executar a pauta de modo coerente com a linearidade dos fatos e a veracidade dos mesmos. E, além da importância do próprio caso,

discutir um assunto tão vivo para os problemas da democratização da comunicação e liberdade de imprensa faz com que a relevância da matéria seja amplificada – o que a levou para a capa da supracitada edição do Jornal da Facom.

No entanto, mais do que a execução da reportagem em si, participar da concepção de um produto laboratorial impresso como o JF faz com que a experiência enriqueça a formação do estudante. É um dos primeiros contatos do estudante de jornalismo com a rotina produtiva de um veículo, o que faz com que tal estudante se torne mais preparado para enfrentar a produção em uma empresa de comunicação inserida no contexto do mercado de trabalho – mais preparado para a rotina e para as implicações que cercam o trabalho de um jornalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. – (Coleção Clássicos da Comunicação Social).

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do jornalismo** – Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.